



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 27 de Agosto de 2019

## Economia solidária na merenda escolar pode ser analisada hoje

A Comissão de Educação (CE) pode analisar hoje projeto que dá a produtores rurais e cooperativas que operam em regime de economia solidária a preferência como fornecedores dos produtos da merenda escolar.

O PLS 292/2018, do senador Otto Alencar (PSD-BA) inclui a economia solidária na cota preferencial de 30% dos recursos do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que são usados para comprar a produção da agricultura familiar.

Na cota, também são priorizadas a produção de assentamentos da reforma agrária, a indígena e a quilombola. O projeto recebeu parecer favorável do relator, Nelsinho Trad (PSD-MS), e será votado em caráter terminativo.

Também está na pauta o PLC 3/2016, que trata do acompanhamento pedagógico para os alunos de baixo rendimento. Pelo texto, a oferta do serviço será efetivada no decorrer do processo de aprendizagem.

Autor da proposta, o ex-deputado Eduardo Cunha justifica que a intenção é estimular o atendimento específico em escolas públi-



Manoel Oliveira/Agência Senado

**Otto é autor do texto que dá preferência a economia solidária**

cas de ensino fundamental e médio dos estudantes com baixo rendimento escolar e, com isso, reduzir os índices de repetência e evasão.

O texto será analisado na forma de um substitutivo do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que ainda acatou emenda da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) para tornar explícito que o acompanhamento pedagógico ocorrerá de preferência paralelamente ao período letivo, e não no final de cada bimestre, como previa o projeto original.

A comissão pode votar ainda projetos que criam datas comemorativas, como o Dia Nacional da Filantropia, em 20 de outubro (PL 2.177/2019).

## Pacote desonera folha para elevar emprego

Por Andrea Jubé | De Brasília



Paulo Guedes: defensor da desoneração para ampliar abertura de vagas.

O governo finaliza um pacote de combate ao desemprego que prevê medidas de estímulo ao primeiro emprego, por meio da desoneração da folha de pagamento e de acesso facilitado ao microcrédito, entre outras. As ações estão sendo desenvolvidas pelo núcleo do secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, mas envolvem outras secretarias e já foram levadas ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao secretário da Receita Federal, Marcos Cintra.

Uma das medidas prevê a desoneração da folha de pagamento para a contratação, prioritariamente, de jovens que buscam o primeiro emprego ou de pessoas que estão desempregadas há mais de dois anos.

A proposta de desonerar a folha

para induzir a geração de empregos tem sido defendida publicamente pelo ministro Paulo Guedes, embora sem associá-la ao pacote de ações contra o desemprego que ainda está em gestação. Ele defende substituir a contribuição patronal de 20% para o INSS sobre a folha de pagamento por um novo imposto: a Contribuição sobre Pagamentos (CP), que recairia sobre todos os pagamentos, de alcance muito mais amplo que o extinto imposto sobre o cheque.

A premissa do governo é a mesma para o combate ao desemprego e criação da CP: embora sejam medidas distintas, o ministro da Economia está convencido de que a redução ou extinção da carga tributária sobre a folha de pagamento é gatilho para novas vagas no mercado de trabalho. "Se a classe política achar que as distorções causadas pelo imposto são piores que os 30 milhões de desempregados sem carteira que têm aí, eles decidem", disse Guedes na última quarta-feira.

Em outra frente, o governo elabora um programa de acesso ao microcrédito com inspiração no Crediamigo do Banco do Nordeste. O alvo são microempreendedores da indústria, comércio ou serviços, incluindo pessoas na informalidade, como ambulantes, vendedores de cosméticos, feirantes, entre outros.

A ideia do microcrédito não é

nova, mas o governo quer desburocratizar o acesso, garantir orientação ao beneficiado na aplicação dos recursos, reduzir juros. Pelo programa do Banco do Nordeste, o empréstimo é liberado de uma vez em até sete dias e pressupõe que o interessado demonstre um faturamento de até R\$ 200 mil ao ano. Existe a figura do "aval solidário", e que um grupo de amigos empreendedores, que morem ou trabalhem próximos e confiem uns nos outros, presta a garantia conjunta para o pagamento das parcelas.

Outra linha de ação que aparece no estudo elaborado por Marinho - documento que circulou de forma restrita entre empresários - teria impacto no déficit previdenciário. Uma delas implica o retorno ao mercado de trabalho de aposentados por invalidez. A reabilitação trabalhista desse segmento levaria à diminuição de gastos previdenciários.

Outras medidas contemplam o reforço de programas de qualificação profissional, mantendo a parceria com o Sistema S. E a alteração na faixa de limite de renda do microempreendedor individual (MEI). Com a elevação dessa faixa de renda, o MEI poderá ter dois empregados. Atualmente, ele tem limite de contratação de um funcionário.





Havia 12,8 milhões de desempregados no Brasil segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mais recente, equivalente a 12% da população. Paulo Guedes tem declarado que esse número sobe para 30 milhões, considerando-se os subutilizados (qualificados que estão em subempregos) e desalentados (que desistiram de procurar emprego).

Reportagem do Valor mostrou na última semana que 24,1 milhões de brasileiros estão trabalhando "por conta própria", em atividades que exigem pouca qualificação e geram menor rendimento. Levantamento da consultoria IDados mostrou que 10,1 milhões vivem com menos de um salário mínimo por mês, e 3,6 milhões vivem com R\$ 300 por mês.

Procurado, Rogério Marinho afirmou, por meio de sua assessoria, que a secretaria tem feito estudos de ações para o combate ao desemprego e os tem levado ao ministro. Mas não quis se pronunciar sobre as medidas. O Ministério da Economia ressalta que ainda são estudos e não há definição sobre as medidas.

## Liderada por Saúde, despesa discricionária recua 24% no 1º semestre

Por Edna Simão | De Brasília

Em meio à ameaça de paralisação da máquina pública por falta de recursos ("shutdown"), a Secretaria de Política Econômica divulgou ontem o Boletim Macrofiscal para mostrar que a redução das despesas discricionárias se deve ao aumento contínuo de gastos obrigatórios, subsídios e tributários. As discricionárias são aquelas despesas em que o governo tem liberdade para fazer cortes, como investimentos e custeio da máquina.

Segundo o boletim, a crescente elevação dos gastos obrigatórios, como com pessoal e Previdência, levou a uma redução, em termos reais, de 24% da execução das despesas discricionárias no primeiro semestre de 2019 em comparação ao mesmo período do ano de 2018, recuando de R\$ 57,4 bilhões para R\$ 43,9 bilhões. No caso o pagamento de aposentadorias e pensões, o ritmo de expansão será mais controlado com a aprovação da reforma da Previdência, que tramita no Senado Federal após ser aprovada na Câmara.

Entre as funções que mais

sofreram, estão as áreas de saúde, educação e transportes, cujos orçamentos juntos caíram mais de 30% nos primeiros seis meses. Mais atingida, a área da saúde viu seu orçamento discricionário no primeiro semestre cair quase pela metade: para R\$ 9,2 bilhões neste ano, ante 16 bilhões no mesmo período do ano passado.

O subsecretário de Política Fiscal do Ministério da Economia, Marco Cavalcanti, informou que o governo federal vem buscando maneiras de até o fim do ano recompor o orçamento discricionário. "Estamos trabalhando para que novas receitas sejam viabilizadas ainda em 2019", observou, lembrando que atualmente mais de 93% do orçamento primário federal é efetivamente composto por despesas obrigatórias.

O boletim mostrou também que o valor total executado neste ano encontra-se, em termos reais, aproximadamente 24% abaixo do patamar observado em 2018, e 10% abaixo do nível de 2017. "Essas diferenças devem-se não apenas à tendência geral de 'expulsão' das despesas discricionárias pelo avanço das obrigatórias, mas também ao controle adicional dos gastos em 2019 diante da revisão para baixo

das projeções de crescimento do PIB e das receitas federais", informa o boletim da SPE.

O documento destacou que a deterioração dos indicadores fiscais deveu-se primordialmente ao crescente descontrole dos gastos públicos. "A retomada do crescimento da economia brasileira deverá passar necessariamente por um conjunto de reformas de reequilíbrio fiscal, em que a nova Previdência assume papel de protagonismo, bem como reformas pró-mercado, que criem um ambiente em que o investimento possa ser guiado pelas melhores oportunidades de mercado, ampliando a produtividade e gerando maior crescimento não apenas nos próximos meses, como também no longo prazo", aponta o boletim.

Segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Economia, a redução do gasto discricionário tem afetado negativamente a execução de diversas políticas públicas em um conjunto amplo de elementos, que inclui desde material de consumo na educação até investimentos na área de transportes. Na semana passada, o ministério editou portaria com medidas de racionalização de gastos e redução de despesas em 2019.





## Margem reduzida

Redução de gastos afetou área da Saúde, Educação e Transporte

### Execução das despesas discricionárias do governo central de janeiro a junho

função	jan/jun 2017	jan/jun 2018	jan/jun 2019
Saúde	10.963,70	16.010,20	9.199,20
Educação	10.436,70	11.086,80	9.182,10
Transporte	4.590,80	4.637,30	3.775,60
Defesa Nacional	4.650,00	5.957,80	3.624,90
Encargos especiais	3.335,20	3.102,10	3.620,50
Administração	2.663,80	4.312,30	3.266,20
Segurança Pública	1.520,20	1.503,20	1.473,60
Ciência e Tecnologia	1.762,60	1.757,90	1.447,00
Assistência Social	1.239,90	1.495,30	1.179,20
Gestão ambiental	1.069,10	898,80	1.145,30
Urbanismo	1.288,20	1.259,40	960,10
Previdência Social	795,90	798,10	913,90
Agricultura	641,70	877,70	759,30
Relações Exteriores	662,00	764,10	710,30
Energia	187,50	203,00	325,70
Desporto e lazer	281,30	311,10	304,50
Indústria	275,70	309,30	296,80
Cultura	281,60	281,30	284,00
Direitos da cidadania	465,60	225,70	217,30
Saneamento	302,50	276,00	216,80
Comércio e Serviços	228,10	335,50	216,10
Trabalho	268,40	217,70	198,20
Organização Agrária	351,70	410,50	189,80
Essencial à Justiça	205,8	198,9	177,9
Comunicações	158,30	159,00	146,50
Habitação	21,60	24,40	25,10
<b>Total Geral</b>	<b>48.647,80</b>	<b>57.413,40</b>	<b>43.856,00</b>

Fonte: Siga Brasil. Elaboração Boletim Macrofiscal da Secretaria de Política Econômica

## **Bolsonaro perde popularidade, de acordo com pesquisa CNT/MDA**

Por Vandson Lima e Raphael Di Cunto | De Brasília

A avaliação negativa do governo do presidente Jair Bolsonaro escalou 20 pontos percentuais de fevereiro a agosto e atingiu 39,5%, de acordo com pesquisa feita pelo instituto MDA, contratada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) e divulgada ontem. A avaliação regular foi de 29,1%. O presidente mantém um núcleo duro de apoio que alcança 29,4%. A sondagem também aponta que 53,7% desaprovam o desempenho pessoal do presidente, enquanto 41% aprovam - outra queda considerável de popularidade, já que apenas 28% reprovavam o desempenho de Bolsonaro há seis meses e 57% aprovavam.

As piores ações do governo, para os entrevistados, são o decreto das armas, o uso de palavras ofensivas e comentários inadequados, o contingenciamento de verbas da educação e a influência dos filhos na gestão. Neste ponto, a indicação do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, a embaixador do Brasil nos Estados Unidos também é amplamente rejeitada: praticamente três em cada quatro brasileiros consideram a medida inadequada.

Para 39,1%, os decretos de liberação da posse e porte de armas

e as ações nesse tema são o que há de pior até agora no governo. Para 30,6%, o pior é o uso de palavras ofensivas e comentários inadequados. Somam 28,2% os que consideram que o principal problema é o contingenciamento de verbas da educação. E para 24,4%, é deixar os filhos darem opinião sobre integrantes e ações de seu governo. Cada entrevistado podia responder duas vezes.

Outras ações criticadas são o avanço da reforma da Previdência (16,7%), a escolha dos ministros (10,3%) e o uso desnecessário de redes sociais (10,3%).

Já entre as ações positivas do governo, destacam-se o combate à corrupção (29,6%) e questões relacionadas à segurança (27,5%), medidas ligadas à pasta do ministro da Justiça, Sérgio Moro - mostrando que, apesar de desprestigiado pelo Palácio do Planalto, ele se mantém em alta com a população. Também foram citados o fim do horário de verão (18,1%), a redução do número de ministérios (16,1%), avanços na Reforma da Previdência (15,1%), o decreto de acesso a armas de fogo (10,1%) e o acordo comercial entre Mercosul e a União Europeia (8,5%).

A maioria da população avalia que a Lava-Jato está beneficiando o país, mas está dividida sobre a isenção da operação. Somam 51%

os que disseram que a operação está beneficiando o país e 16,8% que está prejudicando o Brasil. Os entrevistados ficaram divididos sobre a isenção do atual ministro da Justiça e dos procuradores. Para 42,2%, o fato coloca em dúvida a imparcialidade da operação, enquanto 41,7% não concordam com isso. As conversas não são motivo para a soltura dos condenados pela operação na opinião de 68,3%.

Apesar de as mensagens de celular terem sido obtidas de forma ilegal, por meio de um hacker, 47,2% afirmam que ainda assim deveriam ser usadas para questionar Moro e o procurador Deltan Dallagnol "porque o importante é o conteúdo". Já 34,6% afirmaram que não poderiam ser usadas.

A maioria dos entrevistados, 52%, diz que Moro não deveria deixar o cargo de ministro. A saída dele é apoiada por 35,3%.

Eduardo Bolsonaro ainda não teve a indicação formalizada. Mas a depender do apoio popular, não iria à frente. Somam 72,7% os que responderam que Bolsonaro não deveria nomear membros de sua família para cargos como esse. Já 21,8% disseram que a escolha é adequada, pois o presidente tem a prerrogativa de indicar qualquer pessoa.





Para 9,5%, Bolsonaro está cumprindo totalmente as promessas de campanha. A capacidade do governo se relacionar com o Congresso é avaliada negativamente. Para 55,6%, Bolsonaro não tem conseguido negociar projetos importantes para o país.

A maioria da população é contra a reforma da Previdência aprovada pela Câmara dos Deputados e

acredita que a proposta beneficiará mais os mais ricos. Dos entrevistados, 52,7% são contrários ao projeto e 36,6% favoráveis. A opinião de 45,4% é que a reforma beneficiará os mais ricos, enquanto 6% dizem que beneficiará os mais pobres.

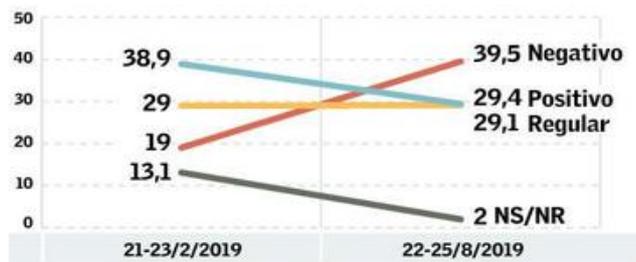
A maioria da população (55%) diz que não aceitaria redução de salário para conseguir ou manter um

emprego, enquanto 34,5% estariam dispostos a isso se necessário. Parte do discurso do presidente Jair Bolsonaro em campanha, a redução "de alguns direitos trabalhistas" para manter ou conseguir um emprego é rejeitada por 60,6% e apoiada por 29%. Foram ouvidas 2.002 pessoas para a sondagem, em 137 municípios entre os dias 22 e 25 de agosto. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais

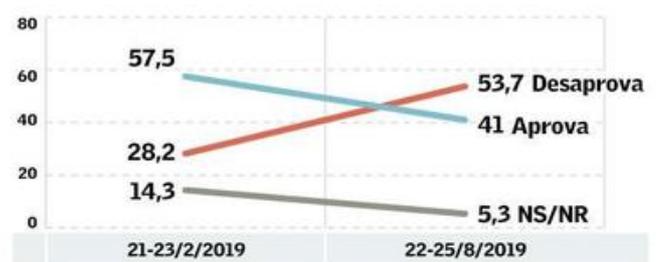
## Caem avaliação e desempenho presidencial

Maioria considera nomeação de filho para embaixada inadequada - em %

### Avaliação do governo



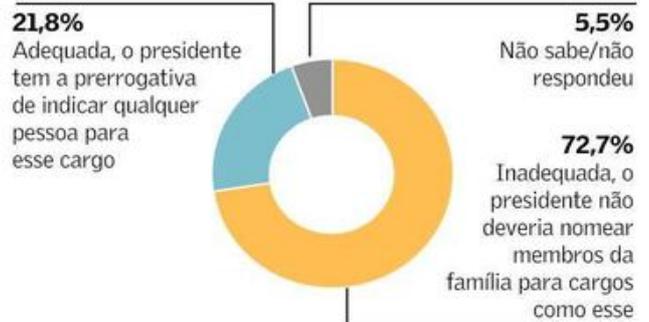
### Desempenho



### Áreas com pior desempenho (até duas opções), em ago/19



### Indicação de Eduardo Bolsonaro à Embaixada nos EUA, em ago/19



Fonte: 144ª Pesquisa CNT/MDA. 2.002 entrevistas feitas entre 22 e 25 de agosto em 137 municípios de 25 Estados. Margem de erro de 2,2 pontos percentuais com 95% de nível de confiança

## Unidos pela educação

*Em paralelo às deficiências do MEC, há intercâmbio auspicioso entre estados*

Quando o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a retirada do governo de seu país do Acordo de Paris, não tardou para que empresas, empreendedores, organizações sociais e governadores americanos reafirmassem seus compromissos com as metas do tratado climático fechado em 2015.

Fenômeno análogo, guardadas as proporções, pode ser observado no Brasil no campo educacional. Em paralelo ao gerenciamento desastroso da administração federal nesse setor, prosperam articulações, trocas de experiências e implementação de programas envolvendo estados, municípios e entidades não governamentais.

À margem da politização e da polarização ideológica improdutiva que se instalou no MEC, agentes públicos e privados comprometidos com o progresso do ensino estão atuando em rede de modo pragmático e objetivo.

Como comentou Priscila Cruz, presidente da organização Todos pela Educação, em reportagem desta Folha, os responsáveis pela oferta educacional “perceberam rapidamente uma perda de protagonismo do governo federal”.

O intercâmbio flui em encontros presenciais no Conselho Nacional de Secretários de Educação

(Consed) e grupos de troca de mensagens na internet. Tem propiciado aperfeiçoamentos pontuais e a adoção de projetos bem-sucedidos em diferentes estados.

É o caso do Ceará, que apesar de restrições de renda se destaca em alfabetização. Um dos motivos do êxito é a parceria com os municípios, os principais encarregados dos primeiros anos de escolarização.

Além de medidas que incluem formação de professores e material didático estruturado, o governo cearense acionou um incentivo financeiro: as cidades com resultados melhores recebem fatia maior do ICMS, com liberdade para destinação dos recursos.

O modelo já foi adotado em Pernambuco e está sendo implantado ou avaliado por Alagoas, Amapá, Espírito Santo e São Paulo.

Replicam-se igualmente as boas iniciativas do ensino médio em Pernambuco, baseado em tempo integral, que permite ao estudante escolher disciplinas optativas, projeto acolhido em São Paulo. Os paulistas, por sua vez, exportam os clubes juvenis, que reúnem estudantes em torno de atividades culturais e esportivas.

Auspiciosa, essa rede multilateral e multipartidária pela educação é exemplo de como a sociedade pode se mobilizar em torno de propostas palpáveis, deixando de lado a guerra ideológica que só interessa a grupelhos radicalizados.

**Cutucando com vara curta** A ação de Deltan Dallagnol para suspender um julgamento contra ele no Conselho Nacional do Ministério Público fez piorar o clima para o procurador no colegiado. Uma ala numerosa do órgão relata incômodo e chama de “inaceitável” a decisão judicial que retirou de pauta processo disciplinar que envolve o chefe da Lava Jato. Em resposta, na sessão desta terça (27), conselheiros defenderão um recurso contra a determinação e prometem desengavetar um outro caso que envolve Deltan.

**Tiro de misericórdia** Ministros de tribunais superiores avaliam que Deltan está mais suscetível a punições no colegiado. Além de ter provocado irritação ao enfrentar o conselho, o procurador perdeu apoio entre bolsonaristas, o que o deixa mais vulnerável.

**Boca no trombone** Deltan recorreu à Justiça e alegou não ter tido tempo para se defender no processo aberto por críticas feitas por ele a ministros do STF. O juiz Nivaldo Brunoni acatou o pedido.

**Ação e reação** Membros do CNMP fizeram chegar a Raquel

Dodge provocação para que ela questione a decisão ou ao menos endosse recurso da Advocacia-Geral da União nesse sentido, em gesto aos conselheiros.

**Sob pressão** Nesta terça, o CNMP deve desarquivar outro processo contra Deltan. São grandes as chances de retomada de uma reclamação da senadora Kátia Abreu (PDT-TO) por vazamento de dados de uma delação premiada.

**Brigou com um** O corpo do Ministério Público Federal se uniu em defesa da procuradora dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, alvo de dois questionamentos feitos pelo PSL no CNMP. Uma carta a favor dela foi assinada por 335 colegas — entre eles, os ex-procuradores-gerais Claudio Fonteles e Rodrigo Janot.

**Brigou com todos** A carta defende a independência do órgão e afirma que a ação contra Duprat tem objetivo de “tolher o debate” sobre pautas caras a minorias. Em um dos casos, Duprat acionou o MEC contra uma nota enviada a escolas proibindo professores, pais e alunos de convocarem atos políticos em horário letivo.

# MPF, reitores e deputados criticam programa Future-se

Entre os problemas apontados está a interferência do mercado

## / EDUCAÇÃO

Isabella Sander

isabella@jornaldocomercio.com.br

Em audiência pública promovida pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, Ministério Público Federal (MPF), reitores das universidades e dos institutos federais gaúchos e deputados federais e estaduais criticaram o programa Future-se. Proposto em julho pelo governo federal, o projeto apresenta mudanças polêmicas nas federais, como a presença da iniciativa privada na gestão e a criação de um fundo de financiamento das instituições. O evento foi realizado em auditório da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA).

O procurador regional da República Paulo Gilberto Cogo Leivas relata que no último mês, desde o bloqueio de 30% do orçamento das instituições federais de ensino, muitas ações judiciais têm sido ajuizadas e algumas liminares já foram concedidas pela Justiça. Em sua concepção, é preciso defender

a autonomia universitária, princípio presente na Constituição Federal de 1988 que tem como finalidade garantir a liberdade acadêmica. “A pesquisa e o ensino precisam ser livres. Precisamos da universidade como um espaço livre de ideias, que não pode ter interferência nem do Estado, nem do mercado”, pontua.

A menção ao mercado se deve à proposta do Future-se de que as instituições possam ser geridas por organizações sociais (OSs), entidades privadas que recebem o status “social” ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros quesitos. “O Brasil vive em um contexto de neoliberalismo que demanda que as instituições públicas de ensino resistam à força do mercado, a fim de manter sua autonomia”, pontua o procurador. Leivas identifica, ainda, que o programa alija o quadro docente das universidades, uma vez que as OSs poderão contratar professores sem passar por concurso público, “retirando-lhes a influência nas decisões da instituição”.

A audiência teve participa-

ção da deputada federal Margarida Salomão (PT-MG), presidente da Frente Parlamentar Mista pela Valorização das Universidades Federais, que é professora universitária e já foi reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Segundo a parlamentar, o Future-se promete autonomia financeira, mas sem autogestão financeira, o que faria com que as instituições ficassem à mercê do que as OSs decidissem.

Sobre o fundo, seria composto em parte por imóveis das próprias universidades, que seriam vendidos. Conforme Margarida, muitas dessas propriedades são consideradas patrimônios históricos e, portanto, não podem ser vendidas, e as restantes dependeriam da vontade das instituições de serem vendidas e terem o valor repartido entre todas as federais. “Não está esclarecido quem venderia seus imóveis”, pontua. O Ministério da Educação (MEC) sinaliza que o fundo em questão já teria disponíveis, de início, R\$ 102,6 bilhões, somados o fundo imobiliário e outros fundos.



Audiência pública reuniu comunidade acadêmica em auditório da UFCSPA

## ‘Projeto é tão vago que é até difícil fazer análise aprofundada’

De acordo com a vice-reitora da UFCSPA, Jenifer Saffi, o Future-se está sendo debatido internamente desde o início de agosto pela instituição e um grupo de trabalho foi montado para fazer uma análise profunda a respeito, mas o projeto apresentado pelo MEC é “tão vago, que é até difícil aprofundar”. A vice-reitora sente falta de um esclarecimento sobre como funcionará a participação das OSs nas federais e defende que a comunidade acadêmica não permita a perda de autonomia.

O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Rui Vicente Oppermann, lembrou que, na sexta-feira, o Conselho

Universitário (Consun) da instituição aprovou de forma unânime uma moção de repúdio ao Future-se. “O programa é uma ameaça à autonomia das universidades, prevista na Constituição, bem como a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão”, critica. Sob sua ótica, o projeto, como está, é “inaceitável e dificilmente poderá ser remendado no Congresso”.

O Future-se está em fase de consulta pública até 29 de agosto no site <https://survey.cgee.org.br/future-se/>. Até a terça-feira passada, 55 mil pessoas já tinham se cadastrado na página. Após a análise das sugestões, o projeto será encaminhado ao Congresso.

## É um perfil de psicopata

*Cozinheiro confessa os assassinatos de uma auxiliar de cozinha e de uma advogada. Oferecendo transporte pirata, ele as abordou em ponto de ônibus, as estrangulou e deixou os corpos em matagal. Mulher o reconheceu como o homem que tentou estuprá-la*

- » ALAN RIOS
- » ISA STACCIARINI
- » SARAH PERES
- » WALDER GALVÃO

A Polícia Civil do Distrito Federal pode ter descoberto um maniaco: um homem que matava mulheres após abordá-las em paradas de ônibus. Ontem, ele confessou a autoria de dois casos. Um, o da advogada Letícia Sousa Curado de Melo, funcionária do Ministério da Educação (MEC), dada como desaparecida desde sexta-feira e encontrada morta ontem, aos 26 anos. O outro, o da auxiliar de cozinha Genir Pereira Sousa, 47 anos, que sumiu em 2 de junho e teve o corpo localizado 10 dias depois.

O cozinheiro desempregado Marinésio dos Santos Olinto, 41, abordou as duas em uma parada de ônibus do Arapoanga, periferia de Planaltina. Ambas entraram na Blazer cinza ano 2000 dele, que



Marinésio dos Santos Olinto, 41 anos Cozinheiro desempregado Casado, tem uma filha de 16 anos Morador do Vale do Amanhecer, em Planaltina

oferecia o transporte. Crendo que embarcavam em um veículo de transporte pirata, Letícia e Genir foram assassinadas após reagirem ao assédio sexual dele. Além de matá-las, ele roubou o dinheiro que as vítimas tinham na bolsa. Marinésio jogou os corpos no mesmo lugar, um matagal entre Planaltina e o Paranoá.

Ontem, após a prisão do cozinheiro, uma mulher de 23 anos apareceu na 31ª Delegacia de Polícia (Planaltina) e o reconheceu como o homem que a atacou na noite de 11 de agosto. Ela estava na rodoviária

de Planaltina e ia para o Vale do Amanhecer, na região administrativa. Marinésio se passou por motorista de transporte pirata. No caminho, ele desviou o trajeto e passou a mão na perna da vítima. Desesperada, a jovem abriu a porta do carro e saltou. Um casal que estava atrás parou o automóvel para ajudá-la. Marinésio fugiu. A mulher não havia procurado a polícia até ontem.

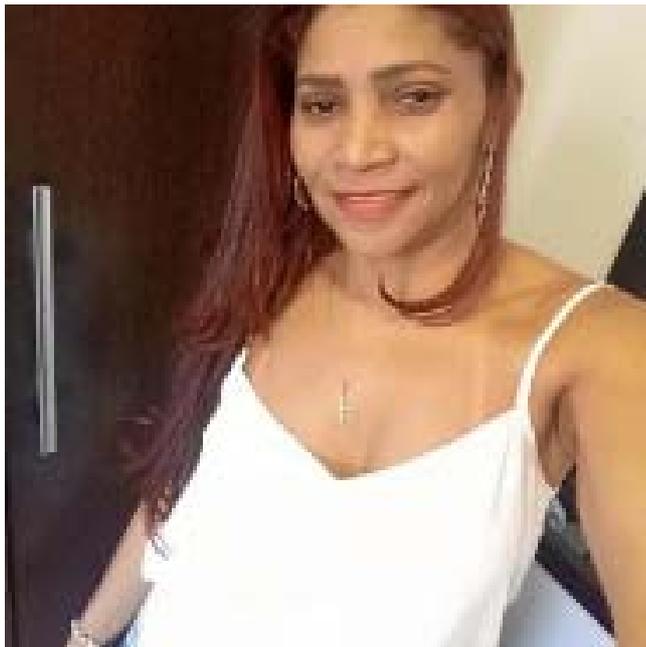
Agentes da 31ª DP e da 6ª DP (Paranoá) tentam identificar outras vítimas do suspeito.

### Flagrado por câmeras

A polícia começou a desvendar o caso de Letícia Sousa Curado de Melo na manhã de sábado, após prender Marinésio dos Santos Olinto. A câmera de vigilância de uma loja filmou a advogada entrando na Blazer cinza dele. Agentes encontraram o telefone celular, a pochete e o relógio da funcionária do MEC na picape.

Em um primeiro momento, Marinésio negou envolvimento no crime, sem explicar os itens da vítima em seu veículo. Mas, diante das provas, na manhã de ontem, confessou o crime. Na companhia da advogada, levou os investigadores ao local onde deixou o corpo, uma manilha às margens da DF-250, em





Genir Pereira de Sousa, 47 anos Auxiliar de cozinha em uma pizzeria de Planaltina Separada, mãe de um homem de 29 anos Nascida em Eliseu Martins (PI)



Letícia Sousa Curado de Melo, 26 anos Advogada, funcionária terceirizada do Ministério da Educação (MEC) Aluna de pós-graduação na Fundação Escola Superior do MPDFT Casada, tinha um filho

um matagal próximo a uma fábrica de sementes.

Em depoimento, Marinésio contou ter abordado Letícia na parada de ônibus, perto da casa dela, no Arapoanga, no início da manhã de sexta-feira. Ela, que havia saído de casa às 7h, pretendia pegar um coletivo para a Rodoviária de Planaltina, onde tomaria outro ônibus até a Rodoviária do Plano Piloto. Seguiria a pé até o prédio do MEC, na Esplanada dos Ministérios. A princípio, o suspeito havia acabado de deixar a filha de 16 anos na escola.

Poucos minutos após Letícia entrar na Blazer, começou o assédio. A advogada gritou. Marinésio dirigiu até uma estrada que dá acesso ao Paranoá e a estrangulou. Depois, seguiu até a DF-250, onde deixou o

corpo da jovem. Marinésio confessou o crime na 31ª Delegacia de Polícia (Planaltina).

Com ele, os agentes encontraram R\$ 750. Havia uma nota de R\$ 5. A polícia suspeita que seja a mesma que Letícia pediu ao marido, antes de sair de casa. Por ter uma deficiência ocular, ela não pagava passagem nos ônibus da frota regular. A família suspeita que a advogada usaria o dinheiro para um transporte pirata.

Marinésio ficará preso preventivamente pelo assassinato da advogada. O corpo dela foi encaminhado para o Instituto de Medicina Legal (IML) às 18h de ontem. Não havia previsão de velório e enterro até o fim da noite. “Ele (Marinésio) matou-a quando ela

ficou assustada, depois que ele disse que tinha vontade de ter relação sexual com ela. Ele disse que não abusou dela, mas só a perícia poderá comprovar”, afirmou o delegado Fabrício Machado, chefe da 31ª DP.

### Corpo em decomposição

Genir Pereira de Sousa foi atacada no início da manhã de 2 de junho. Ela havia saído do trabalho na madrugada do dia 1º com um funcionário da pizzeria, seu namorado. Eles dormiram juntos, em Planaltina. Pela manhã, a auxiliar de cozinha foi para a casa da chefe, no bairro Arapoanga.

As duas eram amigas. Genir foi à casa da chefe para buscar pertences pessoais e R\$ 750 que havia





recebido por um serviço extra. Dali, seguiu para uma parada de ônibus, por volta das 7h40. Imagens de câmeras de segurança mostraram a vítima indo ao ponto e, depois, um carro passando e, em poucos segundos, retornando.

Como Genir não apareceu para trabalhar na noite de 2 de junho, a patroa registrou uma ocorrência por desaparecimento. Após duas semanas de investigação, agentes da 6ªDP descartaram que o criminoso fosse alguém do convívio dela. Em 12 de junho, o corpo da mulher foi encontrado em um matagal entre Planaltina e o Paranoá, sem nenhum pertence dela.

“Filmagens mostram a Blazer (de Marinésio) passando e, em cinco minutos, retornando. Ele diz que a vítima pediu carona e, durante a viagem, quis manter um

relacionamento sexual. O suspeito conta que, depois do ato, decidiu matá-la estrangulada”, comenta a delegada Jane Klebia, chefe da 6ªDP. “Ele mata por nada. É importante submetê-lo a um profissional que faça um perfil psicológico dele. Ele foge ao padrão de qualquer homicida. É um perfil de psicopata. Ele não tem um motivo para matar”, completa.

Pelo estado de decomposição do corpo de Genir, não foi possível confirmar o estupro, apenas a morte por estrangulamento. “Nosso trabalho agora é identificar possíveis vítimas do Marinésio na área do Paranoá e Itapoã, onde é comum as pessoas pegarem transporte pirata. Temos o perfil de um suspeito em potencial que pode estar ligado a outros crimes de sequestro, estupro e estrangulamento de mulheres”, destaca a delegada.



Parentes e amigos de Leticia Souza foram ao local onde o corpo dela foi encontrado, na manhã de ontem, à margem da DF-250

## Jovem dedicada e batalhadora

A advogada de 26 anos assassinada em Planaltina era casada, tinha um filho de 3 anos e prestava assessoria jurídica no Ministério da Educação. Há seis meses, passou em concurso do Ministério Público da União e aguardava ser chamada

» ALAN RIOS  
» JÉSSICA EUFRÁSIO  
» WALDER GALVÃO



"Desde que ela desapareceu, na sexta-feira, não paramos de procurar. Era uma pessoa tranquila, linda, estudiosa e dedicada. Infelizmente, a encontraram morta. Era como se fosse da família" Paulo de Sá, pastor da igreja frequentada por Letícia

Evangélica, Letícia Sousa Curado de Melo, 26 anos, era conhecida pela fé, pela determinação e pela dedicação aos estudos. Em 2018, ela havia passado no exame

da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e começou a estudar para concursos. Neste ano, estava no que a família considerou "a melhor fase da vida". Ela morava com o marido, Kaio Fonseca Curado de Melo, 26, e com o filho do casal, de 3 anos, em Arapoanga, bairro de Planaltina. Também era funcionária terceirizada no Ministério da Educação, onde prestava assessoria jurídica.

Em fevereiro, a advogada foi aprovada no concurso público do Ministério Público da União (MPU) para o cargo de analista e aguardava ser convocada. Em junho, passou no processo seletivo para estudar na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). No último dia 5, ela começou a frequentar as aulas do curso de pós-graduação em ordem jurídica e MPDFT, destinado a quem deseja ingressar na carreira de promotor público.

As aulas programadas para a noite de ontem foram canceladas em virtude do assassinato. "A Fundação e toda a nossa comunidade acadêmica se unem em oração aos familiares e amigos de Letícia Sousa Curado. Nossos corações estão em luto com a confirmação da morte de nossa querida aluna. Lembraremos dela como uma mulher determinada, estudante dedicada, colega presente. Uma jovem repleta de força de vontade e que tinha toda a vida pela frente, mas que infelizmente foi

ceifada por conta da violência", comunicou a instituição de ensino.

### Luto

Por meio de nota oficial, o MEC também lamentou a morte da jovem. O órgão informou que "presta solidariedade e apoio à família da vítima, amigos e colegas de trabalho". "O ministro da Educação, Abraham Weintraub, considera o crime bárbaro e inaceitável e confia no trabalho das forças policiais e do Poder Judiciário para que o culpado seja punido", acrescenta o texto.

A seccional distrital da OAB também publicou nota lamentando a morte da advogada. A entidade informou que, desde sexta-feira, quando começaram as investigações, concentrou esforços para auxiliar na solução do caso e oferecer apoio à família. A entidade informou, ainda, que acompanhará o processo na Justiça. "(A OAB/DF) Informa que nomeará advogadas para atuarem como assistentes da acusação durante o julgamento do crime, respeitando todos os preceitos legais, com o objetivo que se chegue ao deslinde do caso com a punição das pessoas que praticaram a conduta criminosa", ressalta a nota.

### Buscas

Na manhã de ontem, cerca de 30 pessoas percorreram a área de matagal do Vale do Amanhecer em





buscas de pistas que pudessem levar ao paradeiro de Letícia. Pastor da igreja que a advogada frequentava havia três anos e colaborador nas buscas, Paulo de Sá, 61, lamentou a morte da advogada. “Desde que ela desapareceu, na sexta-feira, não paramos de procurar. Era uma pessoa tranquila, linda, estudiosa e dedicada. Infelizmente, a encontraram morta. Era como se fosse da família”, comentou.

Após receberem a notícia da morte, a maior parte do grupo seguiu para a delegacia na tentativa de consolar os familiares de Letícia. Tios e primos estavam desde a manhã e a tarde de ontem na porta da 31ª DP (Planaltina) em busca de novidades sobre o caso. “Não dá para acreditar que isso aconteceu. O importante, agora, é preservar a família”, concluiu o pastor Paulo.

ARTIGO »**Ser mulher é estar sob risco**

**por Fabriziane Zapata, juíza titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Circunscrição do Riacho Fundo e coordenadora do Núcleo Judicial da Mulher**

No Brasil, desde 2015, a lei penal pune o crime de feminicídio, que consiste em matar “a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Segundo o Código Penal, há razões da condição de sexo feminino “quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. É feminicídio não apenas o caso em que vítima e seu algoz mantiveram alguma relação afetiva, mas também quando os fatos criminosos evidentemente demonstram que a “condição” de mulher foi decisiva para seu cometimento. Ser mulher é, infelizmente, estar constantemente sob o risco de sofrer violências, por toda a vida, desde criança até idosa, em todas as classes sociais e em todas as raças.

Atualmente, cifras assustadoras (e vergonhosas) apontam o Brasil como o quinto país do mundo que mais mata as suas mulheres. E, por isso, precisamos falar sobre gênero,

sobre as relações profundamente desiguais de poder entre homens e mulheres. Afinal, o que faz um homem acreditar que ele pode eliminar a vida de uma mulher quando ela se recusa a manter relação sexual com ele (ou quando se recusa a um beijo, ou a um abraço, ou a qualquer ato lascivo) ou quando ela se recusa a permanecer no relacionamento (aqui, a famosa frase “se não for minha, não vai ser de mais ninguém”)?

Incentiva-se que meninos, desde muito cedo, sejam agressivos e que mostrem que são homens (“homem não chora”, “homem não leva desaforo para casa”, “vira homem!”). Na adolescência, ou mesmo antes dela, meninos são encorajados, e até mesmo obrigados, a mostrarem toda sua virilidade (“já tem namorada?”, “pegou quantas?”, “esse vai ser um garanhão!”). Além dos comentários mais “inocentes” de familiares e amigos, ainda temos que nos atentar para publicidades que reforçam os estereótipos de gênero, mostrando a mulher como um corpo a ser consumido, em última análise, uma coisa. E se as mulheres são apresentadas a todo tempo como coisas (umas mais valiosas, outras menos), a partir do momento em que não servem mais, podem ser descartadas.

Por outro lado, paremos de julgar a vítima mulher. Afinal, a culpa pela morte da mulher não é da “saia curta”, ou do seu “belo corpo”, ou porque ela estava “andando sozinha na rua”. Ela foi morta porque existe uma cultura machista que legitima a posição de superioridade de homens, perpetuando relações violentas entre os sexos.

Não se trata de negar as diferenças entre homens e mulheres, mas de afastar as ditas “masculinidades tóxicas”, a busca para se provar “macho” a todo momento – estimulando violência, fechamento emocional, homofobia e obsessão com dinheiro, sexo e poder.

Precisamos urgentemente de um movimento consciente de toda a sociedade (homens e mulheres) para a educação de meninos e meninas, ensinando e mostrando, no dia a dia, que têm os mesmos direitos e oportunidades (equidade de gênero) e que merecem respeito. Somente através da educação, nas famílias, nas escolas, nos meios de comunicação, que poderemos mudar esta cultura tão nefasta que adoce todo o corpo social, e causa tanta indignação, frustração, impotência, tristeza e sofrimento.

**Ministro pede punição  
para “barbárie”**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, também postou no Twitter uma mensagem sobre a morte da funcionária terceirizada da pasta: “Letícia Curado saiu de casa para trabalhar no MEC, mas a crueldade e a violência interromperam seu trajeto. Presto minha solidariedade e apoio à família da vítima, que deixa um filho de 3 anos. Espero que a Polícia e o Poder Judiciário punam o culpado dessa barbárie!”.



## Número de participantes no Encceja é recorde, diz Weintraub

Ministro vê aplicação do exame como um teste para o Enem

Por Marcelo Brandão - Repórter da Agência Brasil Brasília

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), aplicado no último domingo (25), contou com a presença de mais de 1,1 milhão de pessoas. Foram 1.185.945 jovens e adultos que fizeram o exame em 5.839 locais de prova em 613 municípios.

O número de presentes é um recorde para o exame, segundo o Ministério da Educação (MEC), mesmo com um alto índice de abstenção: quase 3 milhões de pessoas se inscreveram para o exame. Os gabaritos serão divulgados no dia 6 setembro e o resultado das provas sairá em dezembro, ainda sem dia definido.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, considerou a aplicação um sucesso. “Tudo correu bem, foi o índice mais baixo que tivemos de eventuais pequenos problemas. A estrutura e a máquina estão funcionando perfeitamente. O sucesso do Encceja é uma prova de que tudo está dentro do que esperávamos. É um teste para o que vem para o Enem”. O ministro concedeu entrevista coletiva na tarde desta segunda-feira (26), em Brasília.

Aqueles inscritos que se sentiram prejudicados de alguma maneira na aplicação das provas e desejarem apresentar recurso, deverão fazê-lo até a próxima sexta-feira (30). O recurso deverá ser feito no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente do Instituto Nacional

de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, fazem balanço sobre o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Alexandre Lopes, fazem balanço sobre o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e - Fabio Rodrigues Pozzebom/ Agência Brasil

Weintraub e o presidente do Inep, Alexandre Lopes, exaltaram a tranquilidade na realização das provas. Lopes destacou apenas duas ocorrências. Em uma delas, um veículo dos Correios foi furtado antes da entrega das provas em Mato Grosso do Sul, mas a Polícia Militar recuperou o veículo a tempo, bem como as provas, que estavam intactas e aptas para serem utilizadas no exame.





A outra ocorrência destacada pelo presidente do Inep foi a queda de energia em uma escola em Sergipe. Por isso, não foi possível a realização do exame, que será reaplicado naquele local de prova.

Weintraub e Lopes ressaltaram que o baixo índice de problemas no Enceja é um bom indicador para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), marcado para o início de novembro, apesar da diferença de perfil dos dois exames. “O Enem tem a questão da fraude, porque você tem as vagas fixas. No Enceja não existe a disputa. [...] Em termos de logística o Enem envolve mais segurança física. Mas tirando essa única questão, são muito próximas as complexidades [dos dois exames]”.

O Enceja é voltado para pessoas que não terminaram os

estudos na idade adequada e desejam obter a certificação de conclusão do ensino fundamental ou médio. Lopes destacou que a maior parte dos interessados no exame pretende melhorar sua situação profissional. “A gente observa que a maior parte das pessoas busca essa certificação para obter uma maior qualidade no seu emprego, buscam a certificação para fins profissionais”.

Uma inovação apresentada no Enceja e que também estará no Enem é o maior controle no que diz respeito a telefones celulares. A recomendação é pelo total desligamento do aparelho durante o exame, mesmo que esteja lacrado em um saco de pertences do candidato. “Houve casos de celulares que tocaram e, mesmo estando dentro do saco, o candidato foi eliminado”, disse Lopes.